



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



*A MAÇÔNICA
REVOLUÇÃO
FEDERALISTA*

Márson Alquati

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

© 2019 by Márson Alquati.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Autorizo a reprodução e divulgação total e/ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

G002c17

Alquati, Márson, 1972 –

A Maçonica Revolução Federalista. Márson Alquati – 2019. – Nova Roma do Sul, RS – Entre Colunas: Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas: História da Maçonaria/A Maçonica História do Brasil.

22 páginas.

1. Maçonaria. 2. História do Brasil. 3. Sociedades Secretas. 4. Revolução Federalista.

G002c17

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Como citar este documento:

ALQUATI, Márson. *A Maçonica Revolução Federalista*. In: História da Maçonaria: A Maçonica História do Brasil. Nova Roma do Sul, RS: Entre Colunas Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas, 2019. Disponível em: <https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>. Acessado em: __/__/____.

Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

SUMÁRIO

I – A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893 – 1895)	04
II – O MAÇOM GASPAR SILVEIRA MARTINS	06
III – PRELÚDIOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA	08
IV – A REVOLUÇÃO PROPRIAMENTE DITA	11
V – GUMERCINDO SARAIVA E O CERCO DA LAPA	14
VI – NASCE O GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL	15
VII – COMO CONSEQUÊNCIA DIRETA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA: A REVOLUÇÃO DE 1923	19
VIII – BIBLIOGRAFIA	22



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893 – 1895)

Deodoro, desencantado, então, com tudo, renunciou também ao Grão-Mestrado, em carta de 18 de dezembro de 1891. No plano social, os maçons, diante dos problemas surgidos com a rápida industrialização do País, principalmente no Estado de São Paulo, começavam a tratar dos interesses do incipiente operariado industrial, ainda sem organismos protetores. A 30 de junho de 1892, realizavam-se novas eleições para o Grão-Mestrado do “Grande Oriente do Brasil”, sendo eleito Macedo Soares.

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Enquanto tudo isso ocorria internamente, no âmbito externo político-social, os maçons, como toda a sociedade, em geral, enfrentavam tempos agitados. Existia um conflito entre os maçons militares positivistas do Estado do Rio de Janeiro e os maçons civis, principalmente do Estado de São Paulo. Após um período de conflitos civis e armados, Floriano Peixoto entregou o poder, no final do seu mandato, ao seu sucessor paulista, Prudente de Moraes, que era o representante das oligarquias rurais e, portanto, do federalismo, enquanto os militares positivistas retornavam à caserna, finda que estava a espinhosa missão de consolidar o regime republicano.

Obviamente houve, durante esse período, certa confusão reinante entre as classes mais politizadas da nação, incluindo-se a Maçonaria, dirigida pelo conselheiro Macedo Soares. Enquanto uma parte do mundo maçônico, encontrada, principalmente, entre os oficiais das forças armadas, apoiava quase integralmente os atos de Floriano, outra facção, ligada à política regionalista e às oligarquias rurais, promovia revoltas, como a guerra civil do Rio Grande do Sul, envolvendo os parlamentaristas do maçom Silveira Martins e os presidencialistas, liderados por Júlio de Castilhos, que tinha o apoio de Floriano Peixoto¹.

A chamada “Revolução Federalista” foi uma guerra civil travada no sul do país entre 1893 e 1895, na qual morreram cerca de 12.000 pessoas. O conflito que envolvia rivalidades da política gaúcha, ao mesmo tempo, ajudou a definir os destinos da recém-proclamada República Brasileira.

De um lado se encontravam os “maragatos”, liderados pelo ex-senador do Partido Liberal Gaspar da Silveira Martins e pelo caudilho uruguaio Gumercindo Saraiva. Do outro, os pica-paus, fiéis ao governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, e seu aliado Floriano Peixoto. Eram chamados assim devido à cor vermelha do uniforme e do quepe que usavam.

¹ (CARVALHO, 2016).

O termo maragato, por sua vez, referia-se à região espanhola de Maragataria, origem de imigrantes estabelecidos no pampa uruguaio².

O MAÇOM GASPAR SILVEIRA MARTINS



Conforme o pesquisador Agnaldo Prata³:

“Gaspar Silveira Martins: advogado e político, nascido em 1835, no município de Cerro Largo (Província Cisplatina) e morto em Montevideu (Uruguai) em 1901. Iniciou-se na vida pública como juiz municipal no Rio de Janeiro, entre 1858 a 1859. Depois foi Deputado provincial, Deputado geral, Senador, Ministro da Fazenda, Conselheiro de Estado e Presidente (Governador) da Província do Rio Grande do Sul. Liberal e Monarquista Parlamentarista e um grande retórico. Formou-se advogado pela Faculdade do Largo do São Francisco (São Paulo - SP). Membro da Loja Maçônica Aurora Escocesa, filiada ao Grande Oriente do Brasil Unido. Foi maçom do grau 33 do R.E.A.A. Participante ativo do movimento que deu origem à criação do Grande Oriente dissidente do Grande Oriente do Brasil Unido, pois Silveira Martins não concordava com a política adotada pela Obediência liderada por Saldanha Marinho. Foi Grão-Mestre desta Potência Maçônica, entre os anos de 1881 a 1887. Também foi filiado à Loja Maçônica Amizade do Oriente de São Paulo”.

² (GOMES, 2016).

³ (PRATA, 2014).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Resumindo, Gaspar Silveira Martins em sua trajetória política ocupou os cargos de Juiz Municipal no Rio de Janeiro, Deputado Provincial (1862-1889), Deputado Geral (1872-1879), Ministro da Fazenda (de 13/02/1878 a 08/02/1879), Senador do Império (1880-1889), Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1889) e foi nomeado Conselheiro de Estado Extraordinário pelo Imperador (1889).

Também destacamos sua atuação como Presidente do Partido Liberal, um dos fundadores do Partido Federalista e um dos líderes da “Revolução Federalista” (1893-1895), bem como o título de Grão-Mestre da Maçonaria em 1883.

Com a Proclamação da República, em 1889, Gaspar Silveira Martins ficou exilado com sua família na Europa.

E, no período final da “Revolução Federalista”, em 1895, se exilou na Argentina.

Pouco antes de falecer, deixou em seu “Testamento Político”, um texto onde estão expressas as suas principais ideias políticas, em que apresenta uma proposta de organização de Estado alternativo ao projeto republicano castilhista.

Em 1889, Silveira Martins foi nomeado Conselheiro de Estado Extraordinário pelo Imperador.

E, nesse mesmo ano, em 24 de julho, assumiu a Presidência da Província do Rio Grande do Sul.

Após alguns meses como Presidente de Província, Silveira Martins foi chamado ao Rio de Janeiro para assumir o novo ministério liberal que estava sendo organizado.

A caminho da Corte, em Desterro, Santa Catarina, foi preso, sendo logo em seguida levado ao Rio de Janeiro, onde foi emitido o decreto de seu exílio.

PRELÚDIOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



Retomando um pouquinho do que já foi visto: a “Revolução Federalista”, foi uma revolta que ocorreu no RS e que tinha por finalidade a retirada do presidente do Estado na época, Júlio de Castilhos, aliado do governo de Floriano Peixoto. Iniciou em 1893 e só finalizou em 1895, já no governo do também maçom Prudente de Moraes.

Com a Proclamação da República em novembro de 1889, o governo Provisório de Deodoro da Fonseca emitiu o Decreto nº 78 de 21 de dezembro que desterrou Silveira Martins do território nacional, pois o mesmo, por ser declaradamente monarquista, foi considerado uma ameaça ao regime do novo governo republicano. Em exílio na Europa, Silveira Martins esteve na Inglaterra, França, Alemanha, Portugal.

Em dezembro de 1891, o jornal “A Reforma” noticiou o retorno de Silveira Martins do exílio. E em janeiro de 1892 Silveira Martins chegou à Província do Rio Grande do Sul.

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Com o retorno de Silveira Martins ao Rio Grande do Sul, ex-liberais e dissidentes do “Partido Republicano Rio-Grandense” (PRR) organizaram o “Partido Federalista” (PF), em um congresso reunido em Bagé, Rio Grande do Sul (cidade em zona de fronteira). Nesse Congresso foi elaborado um Programa Partidário que teve como principal defesa a República Representativa Parlamentarista, fundamentalmente o parlamentarismo como sistema de governo, que se contrapunha ao presidencialismo instituído pelo regime republicano a partir de 1889 e, paralelamente, ao governo autoritário estadual de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul.

Em 1893, de acordo com o historiador José Maria Belo⁴:

“O Rio Grande do Sul era o ponto nevrálgico da República, uma região de paixões políticas exaltadas ao extremo. Durante todo o século XIX, os gaúchos tinham vivido sob constante estado de conflagração, além de que nos anos que antecederam à República o estado passou a ser uma espécie de laboratório para as novas ideias que iriam transformar a história do país”.

Ali estavam alguns dos mais importantes teóricos do futuro regime, entre eles os maçons, advogados e pecuaristas Joaquim Francisco de Assis Brasil, José Gomes Pinheiro Machado e Júlio Prates de Castilhos.

Cada um tinha a sua própria concepção a respeito da República ideal. Assis Brasil era liberal. Pinheiro Machado, conservador. E Júlio de Castilhos era positivista e autoritário.

E todos eles tinham como adversário Gaspar Silveira Martins, monarquista convicto.

O confronto dessas ideias no momento de se implantar o novo regime no Rio Grande do Sul lançou o estado em mais um turbilhão político.

⁴ BELLO (1976, p.97).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Deputado da Constituinte de 1890 e 1891, Júlio de Castilhos acreditava que, para se consolidar a República, o país precisava primeiro passar por uma fase ditatorial.

Tanto é que as suas propostas estavam todas alinhadas a esse propósito de centralização do poder na figura de um ditador republicano.

Na Constituinte Nacional, contudo, essas ideias não vingaram, mas ele não desistiu, resolvendo transformá-las em realidade no Rio Grande do Sul.

Assim, meses mais tarde, ele as transformaria em lei, a ferro e fogo, através da redação da nova “Constituição Estadual Gaúcha”, já que coube a si, praticamente sozinho, escrever o anteprojeto para a mesma, ignorando por completo as sugestões de outros juristas da comissão nomeada para esse fim.

O texto foi aprovado por esmagadora maioria pela Assembleia Constituinte gaúcha, controlada pelo próprio Júlio de Castilhos.

Como principais novidades, a “Constituição Republicana Gaúcha” previa que as leis não seriam elaboradas pelo Parlamento, mas pelo chefe do Poder Executivo e também que o mesmo poderia ser reeleito tantas vezes quantas estivesse disposto a concorrer, de modo que a soma de todos esses poderes, na prática, transformava o governador do estado em uma espécie de ditador republicano.

Júlio de Castilhos foi eleito governador do Estado, tomando posse no dia 25 de janeiro de 1893. No poder, passou a governar com mão de ferro.

Em resposta, os federalistas de Gaspar Silveira Martins, que defendiam a reforma da Constituição gaúcha e a renúncia do governador, pegaram em armas.

Assim, a rivalidade visceral com Gaspar Silveira Martins, aliada à aprovação da nova Constituição positivista de Júlio de Castilhos, com a sua posterior eleição

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

para o governo do estado, somadas às dificuldades iniciais da República brasileira, serviriam de combustível para a sangrenta “Revolução Federalista”, que por dois anos iria dilacerar o Rio Grande do Sul⁵.

A REVOLUÇÃO PROPRIAMENTE DITA



O Decreto nº 71 da República, libertava o Conselheiro, com a obrigação de residir em qualquer país do continente europeu. No dia seguinte embarcou para Londres e, durante sua permanência visitou Paris, Berlim, Madri, Bruxelas, Roma e Lisboa.

Em 19 de novembro de 1890, o decreto nº 1037, revogou o ato que desterrava Silveira Martins. Ele ficou, porém, na Europa por mais um ano, em peregrinação pelas bibliotecas e universidades.

“Não trazia ódios, nem ressentimentos. Quando retornou, trazia o sonho da república parlamentar”.

⁵ GOMES (2015, p.360-364).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Em 21 de fevereiro de 1892, chegando a Porto Alegre, Silveira Martins foi recebido com uma apoteose sem precedentes na história política do Rio Grande do Sul. Em março daquele ano, o Congresso de Bagé declarava que a constituição do Estado, que era “comtista”, devia ser substituída por outra, calcada nos princípios parlamentaristas. O Congresso, denominado “gasparista”, celebrou-se sob a presidência do General Joca Tavares, de 78 anos, que aclamou Gaspar Silveira Martins como Presidente do Partido Federalista.

No mesmo ano, em 17 de junho, irromperia em Porto Alegre a “revolução castilhistas”, repondo Júlio de Castilhos no governo, sob às vistas do governo federal⁶.

As divergências de ideias, projetos e interesses entre o “Partido Federalista” e o “Partido Republicano Rio-Grandense” (PRR) levaram ao desenvolvimento da “Revolução Federalista” de 1892 a 1895.

Castilhos nomeou Vitório Monteiro com Vice-Presidente e passou-lhe o governo.

O Visconde de Pelotas telegrafou a Joca Tavares, em Bagé, transmitindo-lhe o governo e nomeando-o segundo Vice-Presidente. Entre os “castilhistas” militavam correligionários de Floriano Peixoto, e, entre os federalistas, reuniam-se todas as facções contrárias, sob a chefia de Silveira Martins.

Tavares reunira em Bagé ponderáveis elementos, mas aproximando-se a força federal teve de ceder aos conselhos de Gaspar Silveira Martins:

“Como chefe do partido, aconselho; como correligionário, peço; como Rio-Grandense suplico: guerra civil, não”.

Contudo, perdendo posições no Rio Grande, em janeiro de 1893, refugiado na cidade de Melo, no Uruguai, Joca Tavares telegrafou a Silveira Martins:

⁶ (GEOCITIES, 2016).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

“Impossível conter forças, amigos do Estado reúnem-se. Para evitar imediata invasão, marquei dia 05, dando tempo virem vossas instruções, se puderdes, vinde”...

Pressionado pelos partidários, o General Tavares, lançou uma proclamação, concitando os seus conterrâneos a pegarem em armas. Gaspar não pôde evitar o movimento; e foi por ele envolvido. Com o desenvolvimento da revolução anti-florianista, as forças revolucionárias passaram à chefia ao Almirante Saldanha da Gama.

Gaspar Silveira Martins participou como um dos chefes da “Revolução Federalista” contra o grupo dos republicanos (pica-paus), que tinham por líder Júlio de Castilhos. Os federalistas concentraram-se no norte do Uruguai, pois os mesmos mantinham boas relações tanto com o “Partido Blanco”, quanto com o “Partido Colorado”. Dessa forma, Silveira Martins, do Uruguai, onde tinha propriedades, comandou a invasão ao Rio Grande do Sul.

Mas, em 28 de novembro, cercado pelos revolucionários, o General e maçom Isidoro Fernandes, comandante das tropas do governo central, foi aprisionado, julgado e condenado à morte. Informado casualmente deste fato, Gaspar, que também era maçom, apresentou-se ao exército revolucionário que sitiava Bagé, e salvou do fuzilamento o general inimigo. Pelo gesto humanitário, Silveira Martins foi expulso do Uruguai, transferindo sua residência para Buenos Aires.

Em 1895, um pouco antes de terminar a guerra civil, Gaspar Silveira Martins ficou exilado em Buenos Aires, Argentina.

Ainda em 1895, assinada a paz entre o governo Central e os revolucionários, na presidência de Prudente de Moraes, Silveira Martins retornaria a Montevideú. No final do ano voltaria pela segunda vez à Europa onde residia sua família⁷.

⁷ (GEOCITIES, 2016).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Com o fim da “Revolução Federalista”, em 1896 foi organizado um novo Congresso do “Partido Federalista”, presidido por Gaspar Silveira Martins. Nesse Congresso defendeu-se a continuidade do Partido e a oposição a Constituição Federal da República. Este programa teve característica centralizante, de formação de um Estado unitário federal, para evitar o excesso de poder nas constituições e poderes estaduais.

GUMERCINDO SARAIVA E O CERCO DA LAPA

Em paralelo a isso tudo, Gumercindo Saraiva empreendeu uma épica marcha de 2.500 quilômetros, com idas e voltas entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná, na qual travou cinco grandes batalhas e setenta combates menores contra os pica-paus de Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto.

A mais decisiva ficou conhecido como “Cercos da Lapa”. Durante 26 dias, essa pequena e bela cidade de arquitetura colonial situada 68 quilômetros ao sul de Curitiba resistiu ao sítio das forças de Gumercindo, que tentavam avançar rumo a São Paulo e ao Rio de Janeiro a fim de confrontarem o Governo Federal em sua própria sede administrativa.

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Vencido o “Cercos da Lapa”, no dia 20 de fevereiro, Gumerindo acampou nos arredores de Curitiba, que havia sido abandonada pelo governador Vicente Machado, e ameaçou invadir e saquear a capital paranaense, caso as autoridades não lhe pagassem um “empréstimo de guerra”. A agressão foi evitada graças à intervenção do Barão de Cerro Azul. Maior produtor de erva-mate do mundo e um dos homens mais ricos do Paraná, Idelfonso conseguiu reunir a soma de dinheiro exigida por Gumerindo e pagar o resgate com a ajuda da “Associação Comercial”.

Alguns dias mais tarde, quando as tropas legalistas de Floriano Peixoto e do general Ewerton Quadros ocuparam a cidade, Idelfonso e outros cinco colaboradores foram presos, sob a acusação de colaborar com os maragatos que, a esta altura, recuavam de volta para o Sul. Colocados em um vagão de trem e levados para a Serra do Mar, foram todos fuzilados e jogados do alto de um precipício⁸.

NASCE O GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL



No final do século XIX vivíamos no Brasil, os primeiros anos como República; e o Estado do Rio Grande do Sul estava em revolução, onde o Partido Federalista (parlamentarista), chefiado pelo Irmão Gaspar da Silveira Martins disputava espaços com o Partido Republicano (presidencialista) chefiado pelo também Irmão Júlio Prates de Castilhos.

⁸ (GOMES, 2016).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

No dia 10 de novembro de 1892, o maçom João Damasceno Ferreira propôs e a Loja “Progresso da Humanidade” aprovou que, em vista da crise política pela qual atravessava o Estado, entendia que a Maçonaria, associação essencialmente humanitária, deveria intervir de modo a concorrer para que tal estado de caos tivesse um paradeiro, e requeria que por intermédio desta Loja se convidasse as demais deste Oriente para o mesmo fim; e mais, que se nomeasse uma comissão a fim de entender-se com o Governador do Estado em relação aos irmãos que achavam-se ameaçados em sua liberdade.

Nesta sessão, ainda foi aprovada a realização de reunião conjunta com as Lojas Coirmãs do referido Oriente. Este foi o primeiro passo para que, em 14 de outubro de 1893, fosse criado o “Grande Oriente do Rio Grande do Sul (G.O.R.G.S.)”.

Assim, em meio à “Revolução Federalista” (1893-1895), era criada uma Potência Maçônica que, ao mesmo tempo em que atendia ao clamor dos maçons locais frente ao desprezo do poder central, no Rio de Janeiro, também – e principalmente – era peça-chave para a pacificação de uma sociedade que assistia, atônita, à mais sangrenta luta ocorrida no Estado, que ficaria conhecida, mais tarde, como “*Revolução da Degola*”.

A organização da Ordem Maçônica local e o fim do fratricídio gaúcho aconteceram no mesmo período.

E isto não foi por acaso.

A sociedade gaúcha estava convulsionada. Achava-se dividida entre duas correntes, como nos conta a História, sem perspectivas de uma solução pacífica.

Tal acirramento entre essas correntes transbordou para dentro dos Templos Maçônicos. Naquele momento, não havia como deixar de discutir a situação em que se encontrava a política do Rio Grande.

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Era imperiosa alguma ação que mudasse completamente o rumo dos acontecimentos. Foi então que maçons como Antunes Ribas – figura com a firmeza e a fraternidade necessárias para liderar homens livres – assumiram a tarefa, não só de criar, organizar, afirmar e dirigir uma nova instituição maçônica legal, legítima e autônoma; mas principalmente a de apaziguar e congregar os Irmãos, tanto dentro dos Templos, como na sociedade profana.

O momento e as circunstâncias pediam, e o “Grande Oriente do Rio Grande do Sul” foi a resposta perfeita ao sentimento de orfandade dos maçons e do povo gaúcho em relação ao centro do país⁹.

E então, as Lojas “Luz e Ordem”, “Progresso da Humanidade” e “Orientação” – todas as três ainda ativas – mais as Lojas “Luz e Progresso”, “Cruzeiro do Sul”, “Hiram” e “Autonomia” – todas de Porto Alegre – fundaram, em 14 de outubro de 1893, o G.O.R.G.S. (Grande Oriente do Rio Grande do Sul), após os trâmites legais que se desenrolavam desde junho daquele ano. Entre os seus fundadores, cabe destacar os maçons Múcio Teixeira, Luis Afonso de Azambuja, João Pereira Maciel, Domingos José Ferreira Bastos, Afonso Herbert, Balduíno Roring, Augusto Cezar da Silva, Carlos Frederico de Mesquita, José Carrilho Revoredo de Barros, Pedro Gonçalves Moacyr, Frederico Augusto Gomes da Silva, Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e mais uma plêiade de preeminentes maçons que deixaram o seu legado de culto à Liberdade, à Igualdade e à Fraternidade para as gerações futuras¹⁰.

Segue abaixo um trecho do discurso oficial do Deputado Giovani Cherini¹¹ em que o parlamentar homenageia a Maçonaria Gaúcha relatando com as próprias palavras o surgimento da nova potência maçônica:

⁹ O DELTA (2017, p.27 – edição nº 09/2017).

¹⁰ O DELTA (2017, p.28 – edição nº 09/2017).

¹¹ (CHERINI, 2016).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

“Em 1892, o Brasil politicamente engatinhava no seu novo sistema de governo, a República. O Rio Grande do Sul debatia-se em convulsão social entre maragatos ou federalistas, que tinham como seu principal nome o Sr. Gaspar Silveira Martins, e os pica-paus ou chimangos, liderados pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos. Os primeiros, com seus lenços vermelhos ao pescoço, eram adeptos do novo regime político recém instalado, enquanto os segundos usavam lenço branco e eram adeptos do positivismo de Augusto Comte. Como presidente de nosso País estava o Marechal Deodoro da Fonseca, o qual viu a “Verdadeira Luz” na centenária Loja “Rocha Negra”, ao Oriente de São Gabriel.

Neste ambiente de intolerância e ódio de parte a parte, algumas Lojas de nosso Estado, à época jurisdicionadas ao G.O.B. (“Grande Oriente do Brasil”), com seu poder central no Rio de Janeiro, após entendimento entre os seus autênticos líderes, através do Irmão Dr. João Damasceno Ferreira, à época Venerável Mestre da Augusta e Benemérita Loja “Progresso da Humanidade”, encaminham uma missiva ao Grão-Mestre do G.O.B., o Respeitável Irmão Antônio Joaquim de Macedo, demonstrando a imensa preocupação com uma possível guerra civil, solicitando a intervenção daquele poder central no sentido de buscar o apaziguamento dos ânimos que se exaltavam entre os maçons Rio-Grandenses. Embora estando o apelo firmado, não obteve, a Loja “Progresso da Humanidade”, nem os maçons gaúchos, a resposta que esperavam.

O Grão Mestrado, em atitude omissa, declarou que o assunto tratava-se de política local, e como tal deveria ser resolvido pelos gaúchos e maçons, não cabendo, pois, interferência do “Grande Oriente do Brasil”.

No ano de 1893, o Rio Grande do Sul estava tomado pelas armas. A revolução havia iniciado nos arredores de Bagé, restando aos “Obreiros da Arte Real” um árduo, nobre e cuidadoso trabalho em seus Templos, na busca de uma solução pacificadora que atendesse e arrefecesse os ânimos de monarquistas e re-

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

publicanos. No transcorrer do mês de maio de 1893, o Irmão Múcio Teixeira recebe uma comunicação informando que a Maçonaria Paulista romperá com o poder central.

Tal fato foi de pronto comunicado ao Respeitável Irmão Afonso de Azambuja, uma das maiores proeminências da Maçonaria Gaúcha, sendo Venerável Mestre da Loja “Luz e Ordem”. A partir deste momento iniciaram-se diversas reuniões entre os integrantes das Lojas “Luz e Ordem”, “Progresso da Humanidade” e “Luz e Progresso”, às quais juntaram-se as Lojas “Orientação”, “Hiran”, “Autonomia” e “Cruzeiro do Sul”, oferecendo as condições necessárias para a fundação do “Grande Oriente do Rio Grande do Sul”, que ocorreu no dia 14 de outubro de 1893”.

COMO CONSEQUÊNCIA DIRETA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA: A REVOLUÇÃO DE 1923



A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Dentre as muitas guerras, conflitos e revoluções que marcaram a história do Rio Grande do Sul, um capítulo à parte é a Revolução de 1923. As disputas políticas da Revolução Federalista (1893-1895) – exatamente na época da fundação do GORGS – deixaram profundas marcas e revanchismo entre Chimangos e Maragatos.

Naquela época, vários Maçons foram fundamentais para a paz, mesmo em lados opostos.

Em 1923, os Chimangos (republicanos, apoiadores de Borges de Medeiros, identificados pelos lenços brancos) apoiavam a reeleição daquele que era conhecido como herdeiro das tradições e estilo de Júlio de Castilhos; e os Maragatos (federalistas, apoiadores de Assis Brasil, identificados pelos lenços vermelhos), apoiavam a eleição do opositor, pois não queriam mais um mandato de Borges de Medeiros (ele já havia sido presidente do Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908, foi sucedido por Carlos Barbosa entre 1908 e 1913 e estava novamente no poder desde então)¹².

Após as eleições e a nova vitória de Borges de Medeiros, a revolta foi geral. Boa parte da população acusava o governo de fraude eleitoral e a revolução armada teve início, retomando velhas rivalidades do passado. A expectativa de Assis Brasil e de seus aliados era que o então presidente da república, Arthur Bernardes, declarasse a intervenção federal, já que era sabido que não alimentava simpatia por Borges de Medeiros, o qual por sua vez, se aproximou do presidente do Brasil, frustrando os planos dos assisistas.

Os combates aconteceram nos arredores de Passo Fundo, Palmeira das Missões, Pelotas e São Francisco de Assis, sendo que esta última cidade foi o ponto derradeiro para os Maragatos, onde foram derrotados pelas tropas borgistas comandadas por Flores da Cunha.

¹² Site Oficial G.O.R.G.S. (in: "*Revolução de 1923: os 95 anos da pacificação*", publicado em 24 de agosto de 2018).

A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

E novamente, a paz teve que ser tratada para evitar mais confrontos e mortes. E mais uma vez um Maçom foi a peça fundamental nesse processo: o General Fernando Setembrino de Carvalho, citado pelo Irmão Edmundo Velho Monteiro em dezembro de 1923, em matéria da na revista “*O Delta*”¹³.

Gaúcho de Uruguaiana, o Irmão Setembrino de Carvalho teve destacada carreira militar, foi para a academia militar e concluiu o curso do Estado-Maior e o de Engenharia. Trabalhou como engenheiro de fortificações, foi deputado constituinte no Rio Grande do Sul, serviu na Revolução Federalista e foi convidado pelo Marechal Hermes da Fonseca para ocupar o gabinete do Ministério da Guerra. Interveio na Revolta de Juazeiro, no Ceará, aonde chegou a ocupar o cargo de governador por um breve período. No retorno, foi nomeado pelo presidente Arthur Bernardes como Ministro da Guerra e enviado de volta ao Rio Grande do Sul para solucionar a contenda. Chegando a Porto Alegre, Setembrino promoveu o entendimento entre as partes em conflito, obtendo o armistício e a anistia dos revoltosos com a “Paz de Pedras Altas”, na estância de Assis Brasil, em 14 de dezembro.

Por atuar em batalha, foi promovido a Marechal, em 1924, quando foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis de Portugal¹⁴.

Desvende mais sobre a “*Maçônica História do Brasil*” nos nossos próximos trabalhos...



Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

¹³ MONTEIRO (1923, p.78-79; in: “*O DELTA*”, edição de dezembro de 1923).

¹⁴ Site Oficial G.O.R.G.S. (in: “*Revolução de 1923: os 95 anos da pacificação*”, publicado em 24 de agosto de 2018).

BIBLIOGRAFIA

BELO, José Maria. ***História da República, 1889-1954***. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1976.

CARVALHO, Willian Almeida de. ***Pequena História da Maçonaria no Brasil***. Site Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://bibliot3ca.wordpress.com/pequena-historia-da-maconaria-no-brasil-william-almeida-de-carvalho/>>. Acessado em 08/02/2016.

CHERINI, Giovani. ***Deputado Giovani Cherini Presta Homenagem à Maçonaria***. Disponível em: <<http://al-rs.jusbrasil.com.br/noticias/205479/cherini-presta-homenagem-a-maconaria>>. Acessado em: 10/02/2016.

GEOCITIES. ***Silveira Martins***. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/amlersdigital/silveiramartins.html>>. Acessado em 15/02/2016.

GOMES, Laurentino. ***1889: Como Um Imperador Cansado, Um Marechal Vaidoso e um Professor Injustiçado Contribuíram para o Fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil***. 1ª Edição – 6ª reimpressão. São Paulo, SP: Ed. Globo S.A., 2015.

GOMES, Laurentino. ***A Revolução Federalista (1893-1895)***. Site Oficial de Laurentino Gomes. Disponível em: <<http://www.laurentinogomes.com.br/blog/?s=revolu%C3%A7%C3%A3o+federalista&lang=pt-br>>. Acessado em: 12/02/2016.

G.O.R.G.S., Site Oficial. ***Revolução de 1923: os 95 anos da pacificação***. Publicado em 24 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://gorgs.org.br/site/index.php/2018/08/24/revolucao-de-1923-os-95-anos-da-pacificacao/>>. Acessado em: 24 de agosto de 2018.

MONTEIRO, Edmundo Velho. ***A Paz***. In: “O Delta” – edição de dezembro de 1923. Porto Alegre, RS: G.O.R.G.S., 1923.

O DELTA, Grande Oriente do Rio Grande do Sul. ***Maçonaria 300 anos. O que celebramos?*** Revista “O Delta” edição nº 09/2017. Porto Alegre, RS: Grande Oriente do Rio Grande do Sul, 2017.

PRATA, Agnaldo. ***Os Maçons e a Política***. Disp. em: <<http://prataagnaldo.blogspot.com.br/2014/06/os-macons-e-politica.html>>. Acessado em: 07/02/2016.